

SEG\_Rachel Maia (quinzenal)\_Ricardo Henriques (quinzenal)\_TER\_Miriam Leitão \_QUA\_Zeina Latif \_QUI\_Miriam Leitão \_SEX\_Fabio Giambiagi (quinzenal)\_Rogério Furquim Werneck (quinzenal)\_DOM\_Miriam Leitão

ZEINA  
LATIFoglobo.com.br/economia  
economia@oglobo.com.br

## Inflação alta não aceita desafio

Chega a ser frustrante voltar ao tema da macroeconomia de curto prazo. Mas há novos elementos que demandam atenção: a inflação ganha rigidez e a Fazenda prepara uma reação, no caso, medidas para a contenção de gastos. O reconhecimento do problema tem muito valor, mas a resposta poderá ser tímida à luz da grande deterioração da credibilidade do governo.

A primeira barreira é enfrentar o fogo amigo, em um contexto de conflito interno no partido e com a tensão pré-eleitoral já dando as caras. A divergência não se resume à ideologia quanto ao papel do Estado na economia e à disciplina fiscal. Trata-se também de disputa política.

Além disso, para alguns ministros faz mais sentido lutar por suas pastas, para se preservarem politicamente, do que aceitar os cortes que visam conter a inflação.

Em um cenário eleitoral muito incerto para 2026 — o que foi acentuado pelo resultado das eleições municipais —, cada um busca defender sua viabilidade política individualmente. Já a inflação alta é problema que cai em outro colo, no caso, do ministro Haddad e do presidente.

Lula, por sua vez, não terá como colocar a culpa da inflação no Banco Central, mesmo este sendo independente. Esse é um tema pouco acessível ao eleitor mediano. De quebra, ao criticar a atual gestão, o presidente passa a imagem de que o próximo BC será seu parceiro na gestão da economia.

O presidente precisará arbitrar o conflito. Não se trata de apoiar um ou outro lado do partido, mas de fazer seu cálculo político para chegar em 2026 com elevada aprovação. Isso independentemente de ser ou não candidato à reeleição. Afinal, provavelmente ele valoriza o objetivo de resgatar sua biografia.

Já discuti neste espaço que a estratégia de expansionismo fiscal do governo — gasta-se mais agora, colhe-se os frutos eleitorais e, depois da eleição, lida-se com as consequências dos excessos cometidos — envolve muitos riscos. Ainda que, por vezes, as consequências do desequi-

líbrio fiscal tardem a se manifestar, há ingredientes a antecipar a fatura, complicando a vida do presidente em 2026.

Primeiro, como já amplamente apontado, Lula inverteu a lógica usual de iniciar mandato de forma conservadora e gastar munição ao final, visando à competitividade eleitoral. Ele começou seu governo inflando gastos. O taxímetro da inflação já está rodando.

**Enquanto o mercado procura âncoras — ou sinais de que o governo teme a aceleração da inflação — em um mar revolto, Lula queima ancoradouros**

Segundo, as muitas falas ruidosas do presidente não cessam. Atacar o “mercado” provavelmente não traz ganhos políticos que compensem as consequências sobre os preços de ativos, especialmente depois do desastre econômico do governo Dilma. Vale o ditado “gato escaldado tem medo de água fria”. Um exemplo foi ameaçar mudar a meta de inflação, o que não ocorreu, mas alimentou a crença de que o próximo presidente do BC, Gabriel Galpoldo, não perseguirá a meta de 3%.

Enquanto o mercado procura âncoras — ou sinais de que o governo teme a aceleração da inflação — em um mar revolto, Lula queima ancoradouros. Como apontou Marcos Lisboa, aqueles que acreditaram na responsabilidade fiscal do governo e aposta-

ram na inflação na meta e na queda dos juros ficaram na mão, sofrendo perdas em seus investimentos. Recuperar a confiança dos *players* machucados vai custar mais.

Terceiro, as leituras de inflação recente acenderam luzes vermelhas. Não é apenas por estar acima da meta (inclusive do intervalo superior de 4,5%), mas por ter se espalhado na cesta de consumo e por apresentar maior rigidez.

Pior, há ainda combustível para queimar, a julgar pelo ritmo de aumento dos salários e pelo comportamento da inflação de bens finais no atacado, que costuma ser repassada ao varejo.

A inflação no atacado, que já foi aliada, está escorregando para cima. Com pressão de custos, ainda que modesta em comparação a momentos passados, a inflação ao consumidor — inclusive de serviços — ganha força.

A inflação teimosa também se torna mais sensível a choques, não aceita desafio.

O risco inflacionário virou certeza inflacionária, ainda que não caiba falar em descontrole.

O reconhecimento tardio da necessidade de conter gastos, a demora na sua evolução, os muitos ruídos e o desafio político poderão resultar em um esforço longe do necessário para aliviar o trabalho do BC no controle da inflação.

A inflação alta precisa entrar para valer, com o devido peso, no cálculo político de Lula.

# Redução da escala 6x1 é uma tendência mundial, diz Alckmin

Favorito à presidência da Câmara defende ‘ouvir os dois lados’. Setor vê impacto no emprego e repasse de custos ao consumidor

ELIANE OLIVEIRA, GABRIEL SABÓIA, JENIFFER GULARTE, LETICIA LOPES E SÉRGIO ROXO  
economia@oglobo.com.br  
BRASÍLIA E RIO

Após a mobilização pelo fim da escala 6x1 ganhar as redes sociais, o vice-presidente Geraldo Alckmin disse ontem que as discussões em torno da redução da jornada de trabalho são uma “tendência mundial”. Ele ressaltou, no entanto, que cabe à sociedade e ao Congresso debater o que é melhor para o país.

Enquanto isso, entidades que representam setores como comércio e serviços expressam preocupação e preveem aumento de custos e até “onda de demissões” caso a alteração seja aprovada.

A mudança na jornada de trabalho semanal é prevista em uma proposta de emenda à Constituição (PEC) da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP). O texto prevê a adoção da semana de quatro dias e sugere que o limite legal de 44 horas semanais de trabalho caia para 36 horas, sem alteração na carga máxima diária de oito horas e sem redução salarial.

— Isso não foi ainda discutido, mas acho que é uma tendência no mundo inteiro. À medida que a tecnologia avança, você pode fazer mais com menos pessoas, ter uma jornada melhor. Esse é um debate que cabe à sociedade e ao Parlamento — disse Alckmin no Arzebajão, onde representa o presidente Luiz Inácio

Lula da Silva na COP29, conferência mundial do clima.

Por se tratar de mudança na Constituição, a proposta precisa da assinatura de ao menos 171 assinaturas para ser discutida no Congresso Nacional. Até ontem, segundo a equipe de Erika, já havia 135.

Favorito à sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) disse ainda não ter uma opinião formada sobre a PEC, mas defendeu um amplo diálogo:

— Nós vamos discutir, mas não ouvindo apenas um lado. Temos que ouvir, também, quem emprega — disse Motta. — Não estou aqui dizendo que sou a favor ou contra. Estou dizendo que o Parlamento tem que discutir esses temas e discutir respeitando quem pensa o contrário.

Auxiliares de Lula, porém, avaliam que praticamente não há possibilidade de a PEC ser aprovada. A discussão so-



Serviços. Para o presidente da associação de bares e restaurantes, jornada menor vai aumentar a informalidade no setor

bre o tema, porém, é vista como positiva para o governo.

De acordo com um auxiliar de Lula, a mobilização teve impacto positivo para o governo no mundo virtual, com a proposta encampada por aliados e criticada por adversários. Além disso, divide as atenções do debate sobre o corte de gastos, que se arrasta há semanas. Mas ele lembra que há vários outros projetos sobre redução da jornada de trabalho parados no Congresso.

O entendimento no Palácio do Planalto é que a atual configuração da Câmara e do Senado não permite o avanço de projetos que ampliem os direitos dos trabalhadores. Por isso, o governo não pretende gastar capital político com a PEC.

### ‘IDEIA ESTAPAFÚRDIA’

Nas redes sociais, o ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação, defendeu a redução da jornada. Na segunda-feira, o ministro do Traba-



“À medida que a tecnologia avança, você pode fazer mais com menos pessoas, ter uma jornada melhor”

**Geraldo Alckmin,**  
vice-presidente

“Sem redução salarial, é inevitável o repasse dos custos”

**Paulo Solmucci,** presidente executivo da Abrasel

lho, Luiz Marinho, defendeu, em nota, que o tema deveria ser tratado em convenções e acordos coletivos entre empresas e empregados.

Empresários do comércio, porém, são contrários à mudança. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) defende que mudanças devem ser discutidas nas negociações coletivas e que a redução da jornada sem redução de salários levará a um aumento dos custos operacionais das empresas e poderá provocar uma “onda de demissões”.

“O impacto econômico poderá resultar, para muitas empresas, na necessidade de reduzir o quadro de funcionários, diminuir os salários de novas contratações, fechar estabelecimento em dias específicos, o que diminui o desempenho do setor e aumenta o risco de repassar o desequilíbrio para o consumidor.

Com isso, antecipamos que, ao invés de gerar novos postos de trabalho, a medida pode provocar uma onda de demissões”, afirma a CNC em nota.

Paulo Solmucci, presidente executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), diz que, além da alta de custos, há o risco de aumento da informalidade, que atinge 3,6 milhões dos cerca de 5,1 milhões de trabalhadores do setor:

— Não há mão de obra, todos os estabelecimentos do setor estão com vagas abertas. E se for cada vez mais criando custos e aumentando regras, em vez de criar um ambiente favorável à formalização, a gente acaba estimulando o contrário. É uma ideia estapafúrdia porque ela surge sem ouvir o consumidor. Sem redução salarial, é inevitável o repasse dos custos.

Mas há quem defenda novos modelos de jornada. Depois de 12 anos trabalhando em shopping, com apenas uma folga semanal, o empresário Eduardo Mattos conseguiu implementar em seu negócio o regime 5x2. Desde janeiro, os 12 funcionários da hamburgueria que fica em Botafogo, na Zona Sul do Rio, folgaram duas vezes por semana.

— Sei como é cansativa a escala 6x1 e sempre pensei em mudar, mas só consegui quando cheguei num nível de faturamento e tamanho de equipe. Estamos crescendo a 10% ao mês — conta. — As faltas caíram e temos pouquíssima rotatividade de funcionários. Virou um diferencial competitivo de contratação.

### GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PROCESSO Nº 2978.2024.AC-10.PE.0597.SAD.HOF Objeto: Formação de Registro de Preços para contratação eventual de prestação de serviços de esterilização, reesterilização e/ou reprocessamento dos artigos médicos hospitalares termossensíveis, pelo método de plasma de peróxido de hidrogênio a baixa temperatura, de acordo com as condições e especificações descritas neste Termo de Referência, visando atender demanda do Hospital Otávio de Freitas e do Hospital Regional do Agreste. Valor máximo estimado: R\$ 10.687.069,56. Entrega das propostas: até 03/12/2024 às 08:30. Início da disputa: 03/12/2024 às 09:30 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site [www.peintegrado.pe.gov.br](http://www.peintegrado.pe.gov.br). Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7979. Idelson Cavalcanti da Rocha Filho — Pregoeiro/Agente de Contratação 71.

### POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1511189 283/2024. Objeto: Prestação de serviços de reparos, adequações, conservação e manutenções preventivas e corretivas nos imóveis da Polícia Civil de Minas Gerais referentes aos 10º, 14º, 15º, 16º e 19º Departamentos de Polícia Civil, contemplando o fornecimento de mão de obra, insumos, materiais, componentes, ferramentas e equipamentos, de forma a possibilitar a plena execução dos serviços demandados dentro do prazo, com qualidade e segurança exigidas pela CONTRATANTE, em consonância com os normativos legais e técnicos reconhecidos no Brasil e com as recomendações de fabricantes. SEI 1510.01.0156543/2024-89. Abertura dia 04/12/2024, às 09h00, no site eletrônico [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br). O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Polícia Civil de Minas Gerais. Belo Horizonte, 08 de novembro de 2024. Antônio Cipriano das Neves Silva. Analista da Polícia Civil. Diretor de Aquisições/SPGF/PCMG.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2024. TIPO: MENOR PREÇO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Subsecretaria de Compras Públicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, SEPLAG/MG, comunica que realizará a licitação que tem por objeto o registro de preços para eventual compra de medicamentos (COMPRA CENTRAL - MEDICAMENTOS II - ATENDIMENTO JUDICIAL), conforme especificações, quantitativos e condições constantes no edital e seus anexos. A sessão do pregão iniciará no dia 28/11/2024, às 09h00, no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br). BH/MG, 08/11/2024. Virgínia Bracarense Lopes, Subsecretária de Compras Públicas SEPLAG-MG.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.